

PRIMEIROS CONTATOS E EXPERIÊNCIAS COM O PIBID, EXPECTATIVAS E AMBIÇÕES NO ENSINO DA HISTÓRIA.

João Brunini ¹
Ailton José Morelli ²
Ana Paula Paulino de Oliveira ³

RESUMO

O objetivo dessa comunicação é apresentar as experiências na formação profissional docente no Colégio Estadual Silvio Magalhães Barros, situado na cidade de Maringá, no estado do Paraná, orientado pela Professora Ana Paula Paulino de Oliveira e coordenado pelo Professor Ailton José Morelli. Priorizamos o processo de imersão nas atividades do colégio, as experiências com o programa (PIBID) em si e as propostas com do Projeto PIBID de História da UEM, do ensino de História enquanto formação da graduação e no contato com os alunos da rede estadual. O principal foco está na elaboração de ações destinadas a fomentar o gosto pela disciplina com um olhar decolonial, como oficinas, elaboração de material didático junto com os alunos e uma análise crítica dos mesmos. Apresentamos, assim, uma análise de experiências do desenvolvimento do programa, focando no ensino de História em si e como poderiam ser desenvolvidas através de metodologias ativas de ensino contribuindo para que o aluno reflita e desenvolva a consciência histórica relacionando sua visão de mundo com os tópicos de estudos em sala e fora dela, utilizando de conceitos da decolonialidade para ampliar o valor da história local da comunidade, o pensamento crítico independente e a convicção do aluno como ser histórico. Dessa análise, apresentamos as atividades previstas até o final do ano de 2025.

Palavras-chave: Consciência histórica, PIBID, Experiências, Ensino de história.

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2024, no mês de novembro foi realizada a seleção dos bolsistas aprovados para participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência do curso de história da Universidade Estadual de Maringá, logo, os selecionados participaram dos primeiros encontros e tiveram a oportunidades de conhecer os professores orientadores do projeto. Para o grupo do qual faço parte, foi designada a professora Ana Paula Paulino de Oliveira, que acompanha nossa introdução à docência, no Colégio Estadual Silvio Magalhães Barros.

Esse artigo busca por meio de relatos, textuais e alguns registros imagéticos de um bolsista do PIBID (bolsistas carinhosamente chamados de “Pibidianos”) registrar e expor

1 Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM,
joaobrunini@gmail.com;

2 Professor Coordenador do PIBID de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM,
ajmorelli@uem.br;

3 Professora Orientadora do PIBID de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM,
anahistoria11@gmail.com.



expectativas pessoais e primeiras impressões, tanto de estruturas físicas quanto políticas da escola em que aconteceriam minhas primeiras experiências com o ensino da história, acreditando que a mesma possa ser de certa maneira útil à sociedade acadêmica como um estudo que promova diálogos sobre a formação inicial e contínua de professores.

O objetivo primordial deste relato é ressaltar a busca dos “pibidianos” pela aprendizagem de como conduzir uma aula de história que incite participação, desenvolvimento do pensamento crítico pessoal de cada aluno e fomente a consciência histórica dos alunos da rede pública, enquanto compartilho ideias, metodologias e práticas que espero contribuir para uma aula formadora.

Tendo em mente o cenário de atuação planejado, durante essa fase inicial e ao longo de todo o andamento do programa PIBID, defendo uma perspectiva decolonial da história, buscando combater a participação, às vezes propositalmente apagada, de grupos subalternizados e minoritários para melhor compreensão dos alunos como seres históricos utilizando do conceito de história viva como defendido por Jörn Rüssen (2001).

Nessa fase inicial do PIBID escrevi (e continuo escrevendo durante o andamento do programa), relatos pessoais e únicos sobre experiências próprias, uma escrita correlatada à descolonização de certas práticas e libertas da pretensão do conhecimento descrito como produtor de certezas absolutas, concordando com Michel Foucault, quando escreve que tais formatos de escrita, “[...] constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas e pensadas [...] não apenas no sentido de poderem ser trazidos à consciência, mas no sentido de poderem ser trazidos à consciência, mas no sentido de que se deve poder utilizar-los, logo que necessário, na ação” (1992, p.135-136)

Igualmente, retomo as vivências das atividades em escolas, reuniões e eventos do programa como um todo, retomando relatórios que contam com vivências pessoais, ou seja, opiniões e observações, angariados durante as atividades, relatos escritos (em sua maioria), resumos, análises e alguns recursos imagéticos (com cada produtor desses recursos sendo propriamente creditados), uma escrita que sugere a ação de mover-se retrospectivamente e prospectivamente, com materiais que ajudam a memória ser fiel aos acontecimentos reais que presenciei.

A maioria do material produzido para a escrita deste artigo, foi trabalhado de forma digital, utilizando da tecnologia disponível para a entrega de algumas atividades, anotações e registros como um todo, o que resultou em um valioso recurso expográfico e serviu como infraestrutura técnica para a estrutura desta escrita.



Nas atividades em escola procurei sempre utilizar a teoria da didática da história, assim como defendida pelo autor Jörn Rüssen (2001). Defendendo que ao utilizar da didática alemã, posso ajudar os estudantes a analisar suas ideias sobre a história pública e auxiliar na formação de suas consciências históricas, de acordo com Rüssen que exemplifica a consciência histórica como:

A consciência histórica é um conjunto de operações mentais com as quais os homens interpretam a sua experiência de evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. (Rüssen, 2001, p.57)

Uma vez que o aluno desenvolve sua consciência histórica surge também uma facilidade de coleta, organização de dados e conceitos sobre o tempo, fomentando questionamentos e reflexões sobre o passado e o pensamento histórico. A didática da história auxilia, de acordo com Rüssen (2001), a trazer o lado subjetivo que todos os alunos e professores tem, provendo uma relação válida de troca de saberes ao invés de uma educação mais comercial, focada apenas em resultados que utilizam de um método conteudista que falha em incitar o pensamento crítico histórico dos alunos.

A aprendizagem histórica de Rüssen (2001) leva em consideração que na aprendizagem histórica da criança, a escola não é a única fonte de conhecimento, mas também é totalmente recebe influência da família da criança e seus processos de recepção histórica que são subjetivos. Seria o papel do professor de história, utilizar desses interesses como temas de reflexões didáticas, colaborando com a autocompreensão histórica do sujeito, desta forma a aprendizagem histórica serve para a aquisição de competências, a partir da apropriação de experiências próprias.

Nessa atmosfera o conhecimento histórico surge como uma necessidade humana, que por meio da didática alemã de Rüssen (2001) acompanha o sujeito durante toda vida, e por meio do fascínio e curiosidade esse conhecimento dificilmente deixa de crescer, tendo como produto um cidadão consciente de pensamento crítico independente.

Outro aspecto importante para esse artigo é sua ambição decolonial, a qual se apresenta como possibilidade de engendramentos de saberes periféricos coerentes a nossa realidade cultural, econômica e geopolítica, da miscigenação do povo latino, da sua ancestralidade e da história de opressão que marcam a ação dos saberes colonizadores de (Lugones, 2014).

Segundo Arroyo (2012):



[...] reconhecer ou ignorar essas pedagogias de libertação, emancipação, passa a ser uma questão político-epistemológica para as teorias pedagógicas. Nada fácil a uma tradição pedagógica que ainda pensa os grupos populares e seus (suas) filhos(as) como inferiores, ignorantes, incultos, sem valores, com problemas morais e de aprendizagem a serem civilizados, moralizado. (Arroyo, 2012, p.15)

Na docência, principalmente no ensino de história, aspectos da colonialidade ainda assombram a educação e muitas vezes a história acaba por silenciar povos que não sejam os europeus colonizadores, muitas vezes até mesmo raptando conhecimentos de povos indígenas e africanos como sendo seus sem o devido reconhecimento de suas origens, persistindo até o tempo atual e de acordo com Aníbal Quijano:

Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno. (Quijano, 2005, p.135)

Somente com a decolonialidade e interculturalidade, o ensino de história conseguirá conversar com os alunos dos mais diversos cenários étnicos, não só cooperando com a valorização do seu passado, mas também auxiliando o processo de entender como seus antepassados contribuíram de forma relevante para o contexto atual e como o próprio aluno é um ser histórico parte importante e contribuinte da atualidade.

Concordando com Suely Messeder (2020, p.167):

Nesse sentido, para sairmos da episteme colonizada, possivelmente teremos que investir em nossos olhares epistêmicos eurocêntricos e nos compreendermos como seres no mundo marcados, em nossa pele e sangue, por uma política do conhecimento racializadas, classista e heterossexista que nos invade com seus tentáculos tirando-nos a possibilidade de nos situarmos em saberes localizados, também comprometidos com a dignidade humana.

Na última edição do CREP (Currículo da Rede Estadual Paranaense) vemos avanços nas ideias do desenvolvimento integral do sujeito, com o currículo trabalhando com conceitos de autores como o próprio Rüssen, quando o CREP anos finais constata:

A História, como componente escolar, deve promover a aprendizagem histórica a partir de uma perspectiva problematizadora e contextualizada, ou seja, a partir da realidade dos(as) estudantes. Para isso, o(a) professor(a) deve dominar os pressupostos que orientam o processo de ensino-aprendizagem, tais como a utilização de fontes históricas, as quais são compreendidas como evidências que apresentam possibilidades de compreensão sobre o passado em sua dimensão multiperspectivada, e em constante construção. (CREP, 2021, p.6)

Embora numa recente crise educacional política, a rede estadual do Paraná oferece um currículo moderno, que busca além de resultados influenciar o despertar histórico de alunos e



a aprendizagem histórica que é essencial para esse desenvolvimento. Cooperando com a LDB, o CREP leva em consideração o segundo parágrafo do primeiro artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social ao registrar que:

O Currículo da Rede Estadual Paranaense defende um ensino de História multiperspectivado que supere uma organização linear e pautada pela valorização da História política factual ou limitada à descrição de causas e consequências. A abordagem dos conteúdos do Ensino Fundamental deve partir de uma perspectiva problematizadora a partir da realidade do estudante e a aula/sequência de aulas deve ser desenvolvida por meio da análise das fontes históricas. (CREP, 2021, p.10)

Arroyo (2012) descreve o currículo como território em disputa, elemento estruturante da função normatizadora da escola, com potencial de forjar subjetividades e colonizar práticas, mas também politizado, inovador e ressignificando as práticas docentes. A valorização de múltiplas perspectivas permite uma aula mais abrangente, que não perde seu significado ao levar em consideração as dificuldades e particularidades relacionadas ao ensino de cada aluno.

Finalmente, o artigo propõe expor, analisar e discutir os resultados desses relatórios, ambições e expectativas, entendendo como o PIBID colabora para a formação docente de alunos, facilitado pelos estudos históricos que buscam cultivar um diálogo e convivência mais próxima com os alunos da escola participante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do PIBID, em dezembro de 2024 realizei minha primeira visita ao colégio onde tive as minhas primeiras experiências docentes, como atividade a professora orientadora Ana Paula Paulino de Oliveira, solicitou que em duplas, revisássemos os livros didáticos do oitavo e nono ano da instituição escolar.

Eu e minha dupla ficamos com a apostila do nono ano, material este em geral muito completo e inclusivo, as vezes trazendo um “ar da decolonialidade” em pequenas passagens e pequenos quadrados com alguns fatos, que tratavam da participação de jovens e mulheres na história, mas infelizmente esses quadrados estão separados da narrativa principal, como uma história própria, não parte do quadro geral.

Temos em mente que muitas vezes, pela falta de tempo na aula e a necessidade de atingir metas pretendidas por planos de ensino ou impostas ao professor, essas entradas que buscam auxiliar a consciência e representação histórica dos jovens é aglutinada.



Os slides disponibilizados pelo estado por meio do RCO+aulas (Registro de Classe Online) infringem na liberdade de planejamento das aulas dos professores, apresentam uma narrativa rasa e com alguns erros factuais, indo fortemente contra o currículo adotado pelo CREP.

Mesmo com esses empecilhos na condução da aula, reconhecemos que somos sujeitos em construção profissional, impactados por inegáveis determinantes históricos, geográficos, étnicos e culturais, sendo fundamental para o lugar de aprendizes, permanecemos animados com a oportunidade de ser parte integrante do programa e conduzidos pelo professor orientador do PIBID, Ailton José Morelli que realiza reuniões semanais, todas às quartas-feiras e reforça a importância da luta docente e nossa resistência contra o sucateamento do ensino público.

Receber o estímulo do professor coordenador Ailton, nos permite ter contato com alguém repleto de experiências na esfera docente, entendedor de diversas artimanhas pedagógicas e didáticas e com um repertório referencial aparentemente ilimitado, sempre nos oferece uma visão mais detalhada e contextualizada do ensino de história, muito valioso para a nossa formação docente operando como vetor para um campo ampliado de fazer-se, sendo constantemente reverenciados pela ampla disponibilidade teórica a nós sugerida enquanto leitura e estudo.

O Colégio Estadual Silvio Magalhães Barros, espaço institucional no qual realizamos o estágio, se localiza na periferia de Maringá, no bairro Conjunto Residencial Ney Braga, a instituição atende alunos do sexto ano até os anos finais do ensino médio, com aulas no período matutino, vespertino e algumas turmas no período noturno, turmas essas que enfrentam a ameaça de deixar de existir, devido ao projeto do novo ensino médio, que inviabiliza o estudo noturno, tendo em mente o caráter integral do ensino, essa nova regulação dificulta a existência de turmas do EEJA e de outros alunos, que por trabalhar de manhã e tarde só podem estudar a noite, lhes negando o direito à educação.

A estrutura do colégio apresenta-se, neste momento, regular, embora não tenha nenhuma acessibilidade e demonstre sinais de degradação devido ao tempo e as inúmeras turmas que por lá já passaram, o colégio tem um laboratório de computadores com um número considerável de máquinas, mas que falham em acomodar o número de alunos e turmas necessários.

A biblioteca tem um número significativo e variado de exemplares de livros que estão bem mantidos, porém já nos foi relatada a falta de funcionários para sua administração sendo esse desafio enfrentando pelos membros da equipe pedagógica.



Vale ressaltar a falta de acessibilidade do colégio, contando em sua maioria apenas com escadas dificultando o acesso de alunos que apresentam dificuldades de mobilidade e se locomove com o auxílio de cadeira de rodas, exigindo que o mesmo acesse a escola pela rampa da biblioteca e transite por um corredor estreito e se sua turma for em outro nível da escola, teria que solicitar ajuda para passar pelas escadas.

Os alunos são em sua maioria, moradores do conjunto residencial em que a escola se localiza, fazendo da instituição essencialmente um colégio de bairro e apresenta o agravante de que o recente fechamento do ensino médio de um colégio vizinho, trouxe neste ano vários alunos novos para o ensino médio. Quanto ao corpo de colaboradores do colégio, os funcionários de limpeza possuem contratos realizados através de uma companhia terceirizada que muitas vezes tem dificuldades de atingir a demanda exigida pelo estabelecimento escolar.

Em uma reunião sobre o início do ano letivo, realizada no colégio, toda a equipe demonstrou ânimo e comemorou a aprovação de (no momento) 11 alunos da instituição escolar no vestibular da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Alguns desses alunos aprovados em cursos disputados da universidade, como psicologia, direito e ciências da computação. O colégio oferece durante o ano “aulões” dedicados para a prática e estudo desses vestibulares, com muitos professores oferecendo instruções e lecionando conteúdos referentes ao PAS UEM (Processo de Avaliação Seriado da Universidade Estadual de Maringá) e essas recentes aprovações mostram o êxito dessas aulas especiais, que colaboram com o desenvolvimento e o alcance de conquistas por parte dos alunos.

Tivemos um primeiro contato com a turma do 9º ano A, no dia 20 de fevereiro de 2025, acompanhando a professora Ana Paula, ajudamos ela a cuidar do mapa de sala, conferir a chamada e dar visto em atividades que os alunos deveriam entregar, referentes ao tema da última aula da professora.

A aula do dia seria uma introdução à República Velha, período da política brasileira que abrange os anos de 1889 até 1930, depois de ministrar sua aula, a professora pediu para que os alunos realizassem a escrita de um pequeno texto, em que pudessem expor o que entenderam do tema, os alunos do 9º ano A do Colégio Estadual Silvio Magalhães Barros são muito engajados e todos realizaram a atividade, mas se percebe que muitos deles tiveram dificuldade de entender o uso do termo “República Velha” como um período composto por duas fases, sendo elas a República da Espada e a República Oligárquica e então pedimos para professora a liberdade para fazer um adendo a turma, em que tentamos resolver a confusão dos alunos comparando as duas fases da República Velha com as várias divisões do



Campeonato Brasileiro de Futebol, o “brasileirão”, os alunos pareceram entender a organização dos acontecimentos históricos após essa comparação.

Para as duas últimas aulas do dia, com a turma do 9º ano B, a professora propôs que eu desse a aula no seu lugar, com ela fazendo apontamentos ocasionais, aula essa também sobre a República Velha, durante minha explicação tentei ressaltar e explicar de forma detalhada algumas dúvidas que observei nos alunos das duas primeiras aulas, como por exemplo, a separação das duas fases do período, me utilizando novamente do exemplo do “brasileirão”.

Percebemos, com o andamento das atividades nas duas turmas, a importância dessas correlações do conteúdo com aspectos que estamos acostumados no dia a dia para a melhor compreensão do conteúdo por parte dos alunos, muitos podem considerar o uso de exemplos como esse fúteis, até mesmo ridículos, mas acredito fielmente na importância deles, para o aluno não apenas absorver melhor o conteúdo, mas para entender que o seu professor também é um ser humano, não apenas uma figura intocável de autoridade que não existe fora da escola, estreitando a relação com eles.

A proposta de dinâmica didática que busco trazer para o projeto envolve o uso de músicas brasileiras para entender contextos históricos do nosso país utilizando-as como um registro histórico artístico. Podemos usar marchinhas de carnaval e rodas de samba para falar da política brasileira da década de 30 e da ditadura varguista, interpretar as mensagens nas letras da tropicália para explicar a opressão política da ditadura militar e o movimento envolta do rock’n’roll da década de 80 e 90 no período da redemocratização.

Ao utilizar essas músicas propomos uma atividade interdisciplinar com a língua portuguesa que utiliza a interpretação textual, para a compreensão histórica por parte dos alunos sobre os vários períodos políticos do Brasil, a música abre as portas para uma aprendizagem mais dinâmica e descontraída ao permitir diversas interpretações, que cooperam com o desenvolvimento do pensamento crítico.

Finalmente, para a conclusão dessas atividades, os alunos criam grupos e juntos, gravam uma discussão em áudio, como no formato de um podcast onde discutem como as músicas de determinado período refletem os eventos e personagens discutidos em sala de aula durante o ano letivo, no final a turma se une para ouvir o material produzido por eles e engaja em um debate sobre história, música e interpretação de texto, colocando tudo o que aprenderam em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



É de suma importância para nós, como estagiários do PIBID entender a importância de atividades que comprovem e validem o progresso de alunos na prática, endossando atividades como projetos de extensão, que levem os alunos para uma interação direta com a sociedade ou até mesmo com a Universidade.

O que eu pude comprovar com os primeiros meses do PIBID, é a importância da luta pela manutenção desse programa, que agrega em todas as frentes a formação não apenas de novos docentes, mas também no desenvolvimento dos orientadores docentes já em atividade e a reivindicação da transformação do programa em lei, para que possa prover a todos os cursos de licenciatura essa primeira experiência orientada no mundo da educação.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência abre uma janela de oportunidades aos bolsistas, ofertando uma experiência de execução prática do conteúdo assimilado durante a graduação, crucial para a capacitação do aluno. Me restam apenas boas expectativas referentes ao andamento de atividades do programa e o desejo, que outros colegas meus ainda possam ter a oportunidade de fazer parte do PIBID e ter as mesmas revelações profissionais que eu tive em um período tão curto, no começo do percurso de dois anos do programa.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço os professores que me orientam no PIBID, Ailton José Morelli, professora Ana Paula Paulino Oliveira, meu professor da Universidade, Jean Carlos Moreno e meus professores do ensino médio João Antônio Fogaça, Marcelo Stemposki Filho, Geraldo Natal, meus pais Sérgio e Bárbara Brunini e meus amigos, Lucas, “Tavinho”, Leonardo, Isabelle e Marcela.

REFERÊNCIAS:

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. (1992). Microfísica do Poder. Roberto Machado (Org.). Rio de Janeiro, Edições Graal.

LUGONES, Maria. (2014). Rumo a um feminismo decolonial. Ver Estud. Fem. (Vol.22, n.3, set/dez)

ARROYO, Miguel G. (2011). Currículo, território em disputa. Ed Vozes: Petrópolis.



QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

MESSEDER, Suely Aldir; Nascimento, Clebemilton. (2020). Pesquisador(a) encarnado(a). Experimentações e modelagens no saber fazer das ciências. Salvador: EDUFBA.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Currículo da Rede Estadual Paranaense - CREP – História, EF. Curitiba: SEED, 2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

